

OS ARQUIVOS JUDICIAIS E O PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO SUL

THE JUDICIAL ARCHIVES AND THE JUDICIARY OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

José Eugênio Tedesco*

É da natureza do processo judicial de nosso sistema jurídico a formação de autos processuais, cujo volume varia de algumas poucas páginas até milhares de laudas. Segundo estatística feita por amostragem na justiça gaúcha, a média do número de páginas por processo fica por volta de cem (100).

Após o processo chegar ao seu fim, com a definitiva solução do caso e efetivação prática da decisão, os autos do processo são arquivados em cada Fórum. Como o Judiciário gaúcho, quanto a esse aspecto, pode ser visto como uma linha de produção que funciona continuamente, ao longo de mais de cem anos acabou por acumular um volume enorme de processos judiciais findos. Nos últimos anos, com o aumento frenético do número de ações ajuizadas, aumentou proporcionalmente o volume de processos arquivados. A área dos prédios dos Fóruns ocupada com o armazenamento (arquivamento) de processos passou a ser imensa. Em quase todas as Comarcas do interior, uma das queixas mais ouvida de magistrados e servidores, quanto a aspectos materiais, dizia respeito à falta de espaço para armazenamento de processos findos.

Diante da magnitude do problema e da sua tendência a aumentar, a Administração do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul resolveu adotar soluções que não fossem apenas paliativas, mas que pudessem ser tidas como definitivas.

Todavia, diante da diversidade de interesses em jogo, as soluções aventadas não poderiam ser simplistas. Se é verdade que não há razão para manter arquivados todos os processos judiciais findos, pois a maioria deles não possui mais interesse para as partes ou para a pesquisa histórica, há um número significativo de processos que não podem ser eliminados. Os problemas a solucionar então, diziam respeito à possibilidade jurídica de se eliminar os processos. Caso a resposta fosse afirmativa, restaria decidir o que fazer com os

* . Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

processos remanescentes, se permaneceriam nas Comarcas ou se seriam deslocados para um arquivo estadual único. Quanto aos processos elimináveis, restaria a definição de critérios para indicar quais seriam eles, com a definição temporal do momento em que a eliminação seria possível, separando-os daqueles que deveriam ser conservados.

Temos perfeita consciência do valor histórico dos processos judiciais findos, que constituem um rico manancial de pesquisa para o historiador. Sabemos que “o documento de arquivo é aquele que, tendo cumprido as funções que lhe deram origem e tendo esgotado seu valor primário, recebe um outro valor, decorrente do interesse que pode apresentar para a investigação científica, sobretudo para a História”, como bem salienta a Prof. Ana Maria Camargo, da USP¹.

O papel básico dos arquivos é recolher e conservar os documentos públicos após terem eles desempenhado a finalidade precípua que justificou seu surgimento. Já foi dito que, com o arquivamento dos documentos oficiais, passam tais documentos de sua condição de "arsenal da administração" para a de "celeiro de história".

Sob esse aspecto o historiador é o maior beneficiário do arquivo judiciário, onde vai recolher dados para a história social, política e econômica da nação. Como refere Maria Thétis Nunes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Professora da Universidade Federal daquela unidade federativa, sem incursão nos arquivos judiciários será impossível retratar a evolução social brasileira, seus conflitos, seus problemas. Testamentos, inventários, processos criminais revelando degradações ou paixões humanas, dissolução de negócios, problemas comerciais, partilha de terra, ou seja, o retrato dos acontecimentos sociais e dos dramas humanos – tudo isso pode ser conhecido através de documentos nos arquivos judiciais.

Todavia, apesar disso, não era mais possível simplesmente continuar a arquivar acriticamente os processos, da mesma forma como tampouco se pode eliminá-los sem a fixação de critérios técnicos adequados. De fato, tamanho era o volume de processos acumulados que, do ponto de vista administrativo, a situação estava começando a ferir elementares princípios jurídicos que devem nortear a atividade administrativa. Em primeiro

¹ Palestra proferida no “I Seminário de Política e Memória Institucional e Historiografia”, realizado no Tribunal de Justiça, em setembro de 2002, e reproduzida na Revista do Memorial do Judiciário, denominada *Justiça & História*, vol. 3, n. 5, 2003, p. 327-334, p. 328.

lugar, é desarrazoado e ineficiente² continuar a se gastar dinheiro público a fim de construir ou locar espaços para guardar papel destinado, no longo período, à decomposição. Também o princípio da proporcionalidade resta arranhado, pois os interesses públicos e particulares relacionados com a preservação dos processos findos poderiam ser suficientemente protegidos de outra maneira, não sendo necessário o arquivamento por tempo indefinido de **todos** os processos para resguardar tais interesses.

Já em 1996 a Des^a. Elaine H. Macedo, então Juíza-Corregedora, chamava a atenção no sentido de que “importante ter-se em mente que a eliminação e a conservação de autos deve tanto quanto possível preservar três interesses distintos e muitas vezes controvertidos: a necessidade de economia de espaço e de serviços dos funcionários responsáveis pela demanda dos trabalhos judiciais; o interesse privado das partes quanto aos autos ou seus documentos; o interesse público no tocante a documentos de valor histórico.”

Em virtude de tal alerta, foi editada a Resolução n. 231/97-CM, criando o Arquivo Ótico e de Processos do Poder Judiciário, parcialmente alterada pela Resolução n. 285/99³, e recentemente reeditada, incorporando todas as modificações intercorrentes.

A referida Resolução permitia a eliminação física de uma série de processos ali enumerados, após cinco anos de arquivamento. Eram destinados à eliminação apenas os processos findos supostamente sem valor histórico.

Pretendia-se, com tal sistema, atender-se à premente necessidade de se economizar espaços físicos para armazenagem de autos findos. Como frisou o Des. Danúbio E. Franco, ao proferir seu voto na ADIn n. 599426905, ao se referir a critério já adotado pela Administração do Judiciário gaúcho quanto à eliminação de algumas espécies de processos criminais: “Em verdade, a cuidadosa regulamentação traçada pelo Conselho da Magistratura visa solucionar um grave problema do Poder Judiciário que é o grande espaço destinado ao arquivamento desses processos nos prédios dos foros, via de regra acanhados, onde mofam e apodrecem sem que alguém lhes queira consultar, seja lá a que título for.”

Outros Estados da Federação também estavam adotando medidas semelhantes, editando Resoluções que permitiam a eliminação física de processos findos, por razões

² Recordando-se que o princípio da **eficiência administrativa** atualmente foi alçado a princípio **constitucional** - art. 37 da Constituição Federal de 1988, sendo certo, igualmente, que o princípio da **razoabilidade** é considerado também um fundamental princípio do direito administrativo moderno.

³ Dispõe o art. 3º da Resolução n. 231/97-CM que os autos dos processos extintos há mais de 05 anos, após serem escaneados, poderão ser transformados em aparas, mediante prévia publicação de edital, possibilitando às partes interessadas que requeiram o desentranhamento de documentos. O art. 5º, por sua

idênticas às acima alinhavadas. Era o caso de São Paulo, exemplificativamente, cujo Tribunal de Justiça, em 14.02.97, editou o Provimento CSM n. 556, disciplinando a eliminação de autos de processos findos em termos substancialmente equivalentes à nossa Resolução n. 231/97-CM.

Acontece, porém, que o Procurador-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (de n. 1.919-8/SP) em face de tal Provimento, sendo que em dezembro de 1998 o plenário do Supremo Tribunal Federal concedeu, por unanimidade, “medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação direta, a eficácia do Provimento CSM nº 556, de 14.02.97, do Conselho Superior da Magistratura do Estado de São Paulo”. Em abril de 2003 foi considerada prejudicada a referida ADIN, em virtude de decisão proferida no E. Superior Tribunal de Justiça a respeito do mesmo provimento.

Realmente, após o ajuizamento da referida ADIn, a Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, impetrou mandado de segurança contra a mesma Resolução, junto ao Tribunal de Justiça de SP, que foi denegado na origem. Todavia, via Recurso Ordinário em MS (de nº 22.824-SP), a impetrante obteve a concessão do *mandamus*, em julgamento unânime assim emendado: “Recurso ordinário conhecido e provido para declarar a nulidade do Provimento nº 556/97 do Conselho Superior da Magistratura, por sua flagrante ilegalidade”. O julgamento ocorreu em 16.04.2002.

Em seu voto, o Ministro-Relator, Francisco Peçanha Martins, trouxe à colação, com destaque, uma manifestação de 1976 do Ministro Aliomar Baleeiro, em que o saudoso jurista louvava a suspensão da vigência do art. 1.215 do CPC, afirmando que “a Nação não está tão pobre que não possa empregar uns poucos milhões nesta obra de investimento nacional (...). O edifício para um arquivo nacional não precisa ser edificado em mármore com frontaria de vidro fumê, móveis anatômicos, etc. etc. Seus visitantes são austeros investigadores que aceitam até o piso de cimento e não se fatigam de ir a locais em rua de terrenos menos valorizados”. Também no acórdão foi reproduzido trecho de parecer ministerial, em que se insurgia contra o prazo de cinco anos para a eliminação física dos autos (prazo esse que é substancialmente o mesmo adotado pela nossa Resolução n. 231/97-CM), pois isso poderia “inviabilizar a execução de títulos ainda não prescritos, representando, indiretamente, uma redução dos prazos prescricionais que ainda não tenham se escoado

vez, refere que o valor apurado com a venda das aparas reverterá ao Fundo de Reaparelhamento do Judiciário.

nos cinco anos posteriores ao arquivamento do feito, com a conseqüente vulneração das leis de regência da matéria”.

Segundo o Min. Relator, “citado provimento implica em subtrair a suspensão da eficácia do art. 1.215/CPC determinada pela Lei 6246/75, até que a matéria seja disciplinada por lei especial”. Assim, conclui ele, “infringente da Lei 6246/75, ilegal o Provimento 556/97”.

Diante da similaridade de situações, impunha-se a avaliação da questão da possibilidade jurídica de se prosseguir com a eliminação dos processos findos em solo gaúcho, com base na Resolução 231/97-CM).

O argumento principal invocado em referidas decisões dizia respeito ao art. 1.215 do CPC, com a redação determinada pela Lei nº 5.925/73, cujos termos permitia a eliminação de autos findos, mediante a observância de alguns critérios :

Art. 1.215 - Os autos poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, findo o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do arquivamento, publicando-se previamente no órgão oficial e em jornal local, onde houver, aviso aos interessados, com o prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - É lícito, porém, às partes e interessados requerer, às suas expensas, o desentranhamento dos documentos que juntaram aos autos, ou a microfilmagem total ou parcial do feito.

§ 2º - Se, a juízo da autoridade competente, houver, nos autos, documentos de valor histórico, serão eles recolhidos ao Arquivo Público.

O referido dispositivo legal, como se sabe, teve sua vigência suspensa pela Lei n. 6.246/75⁴.

Estudos realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça deste Estado, porém, apontaram no sentido da possibilidade legal de se eliminar processos findos, desde que observadas determinadas condições. Em primeiro lugar, a matéria relativa à conservação ou eliminação de autos é claramente de organização judiciária. Aliás, José Olympio de Castro Filho, em seus “Comentários ao Código de Processo Civil” (vol. X), chegou a prelecionar que o art. 1.215 do CPC representava apenas uma mera sugestão aos Estados, já que não se tratava de matéria propriamente processual – essa sim de competência da União. Ora, em se tratando

⁴ LEI Nº 6.246 DE 07.10.1975 - DOU 08.10.1975

Suspende a vigência do art. 1.215 do Código de Processo Civil.

Art. 1º - Fica suspensa a vigência do art. 1.215 do Código de Processo Civil até que lei especial discipline a matéria nele contida.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

de matéria de organização judiciária, a respectiva competência normativa pertence às unidades federativas e não à União. Destarte, o art 1.215 do CPC, em sua redação originária, aplicava-se apenas às jurisdições federais.

Nem se argumente que o interesse da União residiria na necessidade de proteção de documentos de valor histórico. Isto porque provavelmente a esmagadora maioria dos processos que tramitam pela justiça estadual não contém qualquer documento de relevante interesse, a justificar sua preservação em Arquivo Público. Diante dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que informam o direito público, a ínfima exceção representada por um escassíssimo número de processos com algum interesse que transcenda às partes em litígio, não justificaria a competência exclusiva da União para disciplinar integralmente tal situação. Até mesmo porque, a teor do disposto no art. 23, III, da Constituição Federal, “é competência **comum** da União, **dos Estados**, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural ...”.

Todavia, mesmo que se aceitasse, em nível de argumentação, a competência exclusiva da União para disciplinar tal assunto, ainda assim não se haveria de concluir que o direito positivo estaria a vedar a incineração ou disposição de processos findos.

Efetivamente, restaria definir o significado da suspensão da vigência do art. 1.215, do CPC, pela Lei 6.246/75. A primeira interpretação que vem à tona – e também a mais simples – é no sentido de se interpretar tal suspensão (que já dura 28 anos!) como representando uma proibição da eliminação dos autos dos processos cíveis. Trata-se do chamado argumento “*a contrario*”, que conduz, na hipótese, ao seguinte raciocínio lógico-formal: o legislador do CPC autorizou a eliminação dos processos cíveis findos; o legislador posterior suspendeu a vigência do dispositivo legal que autorizava tal eliminação; logo, está proibida tal eliminação. Ou seja, interpreta-se a suspensão da autorização expressa como se representasse também uma manifestação expressa proibindo tal eliminação. Em outras palavras, equipara-se, quanto aos efeitos, uma disposição normativa que suspendeu a vigência de uma norma permissiva, como se tal nova disposição normativa tivesse substituído a anterior, imprimindo-lhe sentido diverso, proibindo em vez de permitir.

Com a devida vênia, são duas situações distintas, que não podem ser equiparadas. A interpretação que acabamos de referir não é a única possível, pois é hermeneuticamente lícito propor uma interpretação no sentido de que a Lei 6.246/75 não proibiu a eliminação de processos cíveis, mas simplesmente suspendeu a vigência de uma norma que expressa-

mente permitia tal eliminação, **sob certas condições** (eliminação somente dos processos arquivados há mais de 5 anos, após prévia publicação de edital, com oportunidade para desentranhamento de documentos e remessa, em certos casos, de documentos importantes ao arquivo público).

Interpretando-se desta forma a referida lacuna, é possível disciplinar, em nível estadual, a questão do destino dos processos findos, pois se trata de matéria de competência do Poder Judiciário do Estado. Aliás, nesse sentido já se posicionou nosso Tribunal Pleno, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 599426905, em acórdão datado de 21 de agosto de 2000, sendo redator do acórdão o Des. Monte Lopes, com apenas três votos vencidos. A referida decisão tratava, é verdade, de autos de processos criminais, mas a *ratio decidendi* contida no acórdão aplica-se igualmente aos autos de processos cíveis, pois inexistente razão suficiente para estabelecer diferenças entre tais situações.

Constou do voto condutor da maioria, que “portanto, rigorosamente, não está em exame preceito de natureza processual, mas genuinamente de caráter administrativo, ou seja, poderão ser triturados autos que já tiveram vida útil, onde foram obedecidos os preceitos de ordem processual, recomendando o bom senso e o pragmatismo da vida hodierna sua eliminação, não sendo feridos, reiterando a vênica, os arts. 22, I, Carta Magna, e 221, V, ‘d’ e § único, art. 22, Constituição Estadual.”

No que diz respeito à necessidade de uma lei especial que discipline a questão da eliminação de autos judiciais, impende dizer que efetivamente tramita no Congresso Nacional, há mais de dez anos, o Projeto de Lei n. 2.161, “que possibilita a eliminação de autos findos, com base em Tabelas em Temporalidade⁵ elaboradas e aprovadas pelos Tribunais”. Durante certo tempo, os arquivistas nacionais entenderam que efetivamente era necessário aguardar a promulgação de tal lei. Todavia, segundo notícias que chegaram até nós, esse entendimento foi superado, diante de uma reflexão sobre o texto da Lei 8.159, de 08.01.91, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”. Na verdade, essa é a lei especial aludida pela Lei nº 6.246/75 que, ao suspender a vigência do art. 1.215 do CPC, referiu que tal suspensão vigoraria “até que lei especial discipline a matéria nele contida”.

⁵ Na definição do Dec. estadual n. 33.200/89, art. 5º, §2º, “*tabela de temporalidade é o instrumento que define o tempo de permanência dos documentos nos arquivos correntes e intermediários e seu recolhimento para o arquivo de guarda permanente, ou sua eliminação*”.

Isto porque vários dispositivos da Lei 8.159/91 referem expressamente os arquivos judiciários, como é o caso do art. 7^o, do art. 17 e seus parágrafos⁷, do art. 20⁸.

Essa a razão, aliás, pela qual a Comissão Interdisciplinar criada pelo Conselho da Justiça Federal para estudar a possibilidade de destruição de parte dos 6,5 milhões de processos arquivados na Justiça Federal “concluiu que é possível iniciar a eliminação de imediato”, com base na Lei 8.159/91 (segundo notícia obtida no *E Clipping* do TJRS, edição de 15.10.2001, reproduzindo matéria do jornal Valor Econômico daquela data). Tal entendimento é compartilhado também pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão administrativo máximo, encarregados da gestão da política nacional de arquivos⁹.

⁶ Lei 8.159/91, art. 7^o: *Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.*

⁷ Lei 8.159/91, art. 17. *A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.*

§ 1º São Arquivos Federais o Arquivo Nacional do Poder Executivo, e os arquivos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. São considerados, também, do Poder Executivo os arquivos do Ministério da Marinha, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Exército e do Ministério da Aeronáutica.

§ 2º São Arquivos Estaduais o arquivo do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

§ 3º São Arquivos do Distrito Federal o arquivo do Poder Executivo, o Arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário.

⁸ Lei 8.159/91, art. 20. *Competem aos arquivos do Poder Judiciário Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário Federal no exercício de suas funções, tramitados em juízo e oriundos de cartórios e secretarias, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.*

⁹ O Decreto federal n. 4.073, de 03.01.2002 (que regulamenta a Lei 8.159/91) refere que:

Art. 1º O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo [art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991](#), tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Art. 2º Compete ao CONARQ:

I - estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;

II - promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;

V - estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;

VI - subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados;

VII - estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios;

Omissis

Art. 12. Integram o SINAR:

I - o Arquivo Nacional;

II - os arquivos do Poder Executivo Federal;

III - os arquivos do Poder Legislativo Federal;

IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal;

V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

Para tanto, impõe-se apenas a edição de legislação estadual, a criação de órgão gestor e de uma tabela de temporalidade aprovada por tal órgão, a teor do que se infere dos arts. 9º da Lei 8.159/91 (*“A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.”*), do já referido art. 17, §2º, bem como do art. 21 da mesma lei (*“Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta lei.”*).

Corroborar tal entendimento o art. 1º da Resolução n. 7, de 20.05.97, do CONARQ, que estabelece que *“a eliminação de documentos nos órgãos e entidades do Poder Público ocorrerá após concluído o processo de avaliação conduzido pelas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação, responsáveis pela elaboração de tabelas de temporalidade, e será efetivada quando cumpridos os procedimentos estabelecidos nesta Resolução”*.

Diante de tais textos normativos, o Tribunal de Justiça elaborou anteprojeto de lei, disciplinando o assunto, propondo a criação de comissão de gestão documental, com a função, dentre outras, de aprovar tabela de temporalidade, indicando os prazos de conservação dos processos, antes que possam eles ser fisicamente eliminados.

Quanto à preservação de processos de valor histórico ou de relevância para futuros estudos psicossociais de determinados períodos históricos, contratou-se assessoria técnica de historiador, a fim de que venham a ser indicados critérios técnicos a serem observados na seleção de processos para fins de guarda permanente.

A respeito dos processos de valor histórico, oficiou-se ainda a todos os Juizes-Diretores de Foro, solicitando-lhes que entrassem em contato pessoal com os serventuários antigos da Comarca, juizes e promotores aposentados, antigos advogados, dentre outras pessoas, para que buscassem informação sobre possíveis processos que tenham tramitado na Comarca e que possuíssem valor histórico (ainda que meramente local). Uma vez identificados tais processos, devem eles ser separados, para que não fiquem misturados com os processos comuns, a maioria dos quais futuramente será eliminada.

Art. 15. São arquivos públicos os conjuntos de documentos:

I - produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, **estaduais**, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e **judiciárias**;

Quanto aos processos que poderão servir de base para futuros estudos psicossociais de determinados períodos históricos, estuda-se a possibilidade de se incluir, à guisa de sugestão, em apêndice à tabela de temporalidade, alguns critérios genéricos a fim de se preservar certos processos que, concretamente, podem não ter qualquer relevância particular, mas que em determinados contextos de estudos poderão ter grande relevância.

Assim, por exemplo, para possibilitar estudos históricos ou sociológicos sobre a atuação da magistratura gaúcha em determinados temas (exemplificativamente, separação, alimentos, possessórias, homicídios, ações populares etc.), determinar-se-ia a conservação permanente de alguns exemplares de cada classe de processo, a cada ano, de cada uma das Comarcas. Assim, os futuros pesquisadores terão algum material sobre o qual pesquisar, a respeito de qualquer tema. Não serão muitos os processos por Comarca, mas a reunião de todos esses processos oriundos das diversas unidades representará um volume razoável de material de pesquisa e que, pensamos, não comprometerá nossa capacidade de armazenamento permanente.

Além disso, trabalha-se também com a possibilidade de se definir alguns marcos legais referenciais, representados pelo ano da entrada em vigor de determinada norma legal (lei, decreto-lei, emenda constitucional, etc) de certa relevância social, como por exemplo, as leis que disciplinam a ação popular, alimentos, divórcio, código de defesa do consumidor, dentre várias outras. A idéia é que, nos cinco anos seguintes à entrada em vigor de tais leis, sejam separados para guarda permanente um número mais substancial de processos, para possibilitar estudos futuros sobre qual a repercussão que determinadas leis tiveram no seio da sociedade, se havia uma demanda reprimida ou não, qual o tipo de demandas que foram propostas nos anos posteriores à entrada em vigor da lei, quais os fundamentos invocados, se as primeiras decisões observaram os princípios inovadores contidos em tais leis, ou se foram utilizados princípios comprometidos com a ordem jurídica anterior (a idéia de “vinho novo em pipa velha”), etc.

Outro critério genérico consiste em entender como sendo de guarda permanente alguns processos de natureza relevante, tais como as ações civis públicas, ações populares, ações coletivas, ações de direito ambiental, dentre outros. Igualmente pretende-se separar, para guarda permanente, todos os processos que originaram súmulas do nosso Tribunal de Justiça e do antigo Tribunal de Alçada.

Paralelamente a essas medidas de natureza normativa, a atual Administração do Tribunal de Justiça adquiriu e reformou prédio localizado nesta capital, para servir de ar-

quivo único de processos judiciais findos de todo o Estado. Mediante licitação pública, selecionou-se empresa de porte e com experiência na área, que será encarregada de trazer para o referido arquivo todos os processos findos do interior (com exceção daqueles arquivados a menos de três anos, que lá permanecem para facilitar as consultas das partes e advogados). Esse processo já está em fase adiantada de execução. Uma vez transportados para o arquivo único, a referida empresa imediatamente cadastra eletronicamente os processos recebidos e providencia na separação dos processos, observando a tabela de temporalidade que provisoriamente foi elaborada, para que, no momento oportuno, seja dada a destinação cabível a cada um dos processos. Toda a gestão documental dos processos findos, portanto, ficará sob a responsabilidade de tal empresa, sob a direta e permanente supervisão do Poder Judiciário.

A centralização dos arquivos e a contratação de empresa especializada no ramo reduzirá enormemente os custos com o arquivamento dos processos judiciais, diante das instalações específicas que foram providenciadas para tal fim, a técnica de arquivamento adotada, com muito maior racionalização do uso de espaço físico. Com isso se está a liberar um monumental espaço útil para os prédios dos Fóruns do interior. Além disso, a utilização de mão de obra especializada nesse tipo de atividade (gestão documental), fornecida pela empresa vencedora da licitação, permitirá uma maior agilidade na busca de processos findos, sempre que houver solicitação das partes interessadas, advogados, magistrados, ou pesquisadores em geral. Os pesquisadores, em especial, sairão enormemente beneficiados com tal medida, pois encontrarão à sua disposição, num único espaço físico, toda a gama de processos judiciais findos do Estado.

Adotou-se, assim, solução de vulto e definitiva, à altura da magnitude do problema. Mais uma vez o Judiciário do Rio Grande do Sul reafirma seu compromisso com seu povo, buscando não só prestar uma jurisdição eficiente e independente, como também contribuir, com medidas racionais e econômicas, para uma eficaz gestão desse patrimônio coletivo que é o arquivo dos processos judiciais findos.